

Vol 6 Issue 7 April 2017

ISSN No : 2249-894X

---

*Monthly Multidisciplinary  
Research Journal*

*Review Of  
Research Journal*

Chief Editors

---

**Ashok Yakkaldevi**  
A R Burla College, India

**Ecaterina Patrascu**  
Spiru Haret University, Bucharest

**Kamani Perera**  
Regional Centre For Strategic Studies,  
Sri Lanka

Review Of Research Journal is a multidisciplinary research journal, published monthly in English, Hindi & Marathi Language. All research papers submitted to the journal will be double - blind peer reviewed referred by members of the editorial Board readers will include investigator in universities, research institutes government and industry with research interest in the general subjects.

### Regional Editor

Dr. T. Manichander

### Advisory Board

Kamani Perera Regional Centre For Strategic Studies, Sri Lanka	Delia Serbescu Spiru Haret University, Bucharest, Romania	Mabel Miao Center for China and Globalization, China
Ecaterina Patrascu Spiru Haret University, Bucharest	Xiaohua Yang University of San Francisco, San Francisco	Ruth Wolf University Walla, Israel
Fabricio Moraes de Almeida Federal University of Rondonia, Brazil	Karina Xavier Massachusetts Institute of Technology (MIT), USA	Jie Hao University of Sydney, Australia
Anna Maria Constantinovici AL. I. Cuza University, Romania	May Hongmei Gao Kennesaw State University, USA	Pei-Shan Kao Andrea University of Essex, United Kingdom
Romona Mihaila Spiru Haret University, Romania	Marc Fetscherin Rollins College, USA	Loredana Bosca Spiru Haret University, Romania
	Liu Chen Beijing Foreign Studies University, China	Ilie Pinteau Spiru Haret University, Romania
Mahdi Moharrampour Islamic Azad University buinzahra Branch, Qazvin, Iran	Nimita Khanna Director, Isara Institute of Management, New Delhi	Govind P. Shinde Bharati Vidyapeeth School of Distance Education Center, Navi Mumbai
Titus Pop PhD, Partium Christian University, Oradea, Romania	Salve R. N. Department of Sociology, Shivaji University, Kolhapur	Sonal Singh Vikram University, Ujjain
J. K. VIJAYAKUMAR King Abdullah University of Science & Technology, Saudi Arabia.	P. Malyadri Government Degree College, Tandur, A.P.	Jayashree Patil-Dake MBA Department of Badruka College Commerce and Arts Post Graduate Centre (BCCAPGC), Kachiguda, Hyderabad
George - Calin SERITAN Postdoctoral Researcher Faculty of Philosophy and Socio-Political Sciences Al. I. Cuza University, Iasi	S. D. Sindkhedkar PSGVP Mandal's Arts, Science and Commerce College, Shahada [ M.S. ]	Maj. Dr. S. Bakhtiar Choudhary Director, Hyderabad AP India.
REZA KAFIPOUR Shiraz University of Medical Sciences Shiraz, Iran	Anurag Misra DBS College, Kanpur	AR. SARAVANAKUMAR LAGAPPA UNIVERSITY, KARAIKUDI, TN
Rajendra Shendge Director, B.C.U.D. Solapur University, Solapur	C. D. Balaji Panimalar Engineering College, Chennai	V. MAHALAKSHMI Dean, Panimalar Engineering College
	Bhavana vivek patole PhD, Elphinstone college mumbai-32	S. KANNAN Ph.D , Annamalai University
	Awadhesh Kumar Shirotriya Secretary, Play India Play (Trust), Meerut (U.P.)	Kanwar Dinesh Singh Dept. English, Government Postgraduate College , solan

More.....



# REVIEW OF RESEARCH



## AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA: DISCUSSÃO DO MODELO ZONA FRANCA DE MANAUS

<sup>1</sup>Lenice Ypiranga Benevides de Araújo Vieira Sá, <sup>2</sup>Clêuber Pimentel Barbosa

<sup>3</sup>Raylene Rodrigues de Sena, <sup>4</sup>Edna Aniceto de Magalhães Cardoso and

<sup>5</sup>Juvenal Pinheiro da Costa Filho

<sup>1</sup>Economista, Professora da Universidade Federal do Amazonas, doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

<sup>2</sup>Professor e pesquisador da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

<sup>3</sup>Professora da Universidade Estadual do Amazonas - UEA. Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

<sup>4</sup>Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

<sup>5</sup>Professor da Universidade Estadual do Amazonas - UEA e UNINORTE. Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

### ABSTRACT

The present article consists of showing from the approach of development theory and regional economic integration, as a part of the North Region of the country, in particular, the State of Amazonas was integrated to the logic of economic development of the country during the military regime in the 1960s. It is a qualitative research whose source of data were books, articles and information of the regular organ of the ZFM model, SUFRAMA. The study conducts a longitudinal research that covers the discussion of regional integration in the country from the vision of Cepal in the 1950s to the 1990s, highlighting the regional development and integration



models for the Amazon, with emphasis on the Model Zone Franca of Manaus. The model is also discussed in light of the theoretical concept of the industrial district, and of the theory of industrial organization. It was observed in the study that there were no other locational advantages that would guarantee the permanence of the firms without the advantages of the subsidies provided. In addition, the target markets for products made in ZFM were distant and the transport costs of the goods produced there were and remain relatively high.

**KEYWORDS:** Regional Development; Amazon; Model Free Zone of Manaus.

### RESUMO

O presente artigo consiste em mostrar a partir da abordagem da teoria do desenvolvimento e

integração econômica regional, como uma parte da Região Norte do País, em especial, o Estado do Amazonas foi integrado à lógica de desenvolvimento econômico do país durante o regime militar nos anos 60. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja fonte de dados foram livros, artigos e informações do órgão regular do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). O estudo realiza uma pesquisa longitudinal que cobre desde a discussão da integração regional no país a partir da visão da Cepal nos anos 50, até a década dos 90, ressaltando os modelos de desenvolvimento e integração regional para a Amazônia, com destaque para o Modelo Zona Franca de Manaus. Discute-se também o modelo à luz do conceito teórico do distrito industrial, e da teoria da organização industrial. Constatou-se no estudo que não houve a criação de outras vantagens locacionais que garantissem a permanência das firmas sem as vantagens dos subsídios fornecidos. Além disso, os mercados visados para os produtos made in ZFM eram longínquos e os custos de transportes das mercadorias ali produzidas eram e permanecem relativamente elevados.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional; Amazônia; Modelo Zona Franca de Manaus.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo propõe a analisar, em linhas gerais as principais políticas e estratégias de desenvolvimento na Amazônia, em particular aquelas relacionadas diretamente com o Estado do Amazonas, enfatizando o papel do setor público como o “artífice” de políticas nacionais/regionais cujo objetivo em última instância consistia no desenvolvimento econômico, integração e ocupação nacional.

Até o final da década de 50, a questão regional no Brasil, enquanto objeto de decisão de políticas públicas, resumia-se às chamadas medidas de combate às secas do nordeste. A influência cepalina prevaleceu nas discussões sobre essa questão, apesar dos representantes da chamada “ciência regional” (escolas americana e francesa) fossem dominantes na época. Não obstante, o pensamento cepalino foi parcialmente inadequado nas discussões domésticas sobre desenvolvimento e integração regional, uma vez que aquele foi concebido para explicar as relações ‘centro-periferia’ ou seja, os relacionamentos entre Estados-nações, cujas fronteiras podem ser definidas por medidas de políticas cambial, tarifária entre outras. No caso de regiões de uma mesma nação, a diferenciação de fronteiras internas não podem levar em consideração tais políticas supracitadas, pois estão sujeitas apenas às políticas de incentivos regionais (CANO, 1998).

A integração econômica regional era concebida, pela CEPAL como a estratégia a ser seguida para resolver o problema do baixo dinamismo e produtividade da economia latino americana. Tal quadro somente se modificaria quando a ampliação do mercado e da base dos recursos produtivos, fruto da integração, geraria economias de escala que em conjunto com as vantagens da especialização e complementariedade industrial, criaria as condições para o aumento da produtividade e dessa forma, impulsionaria o processo de industrialização no conjunto dos países da região. Como resultado disso, haveria uma expansão do intercâmbio intra e extraregional que se traduziria no crescimento econômico (TAVARES e GOMES, 1998).

As políticas públicas voltadas para ocupar a Amazônia previam desenvolvimento com segurança, sob a égide da Doutrina da Segurança Nacional, principalmente pelos governos militares após 1964. Foi o período dos grandes projetos, que incluíam construção de hidrelétricas, abertura de estradas, construção de aeroportos, etc. Como fatores que explicam a ação do governo para implantar programas visando a sua defesa, segurança e soberania nacionais na região, tem-se: a busca pelo conhecimento do seu potencial econômico, que levou ao desenvolvimento de projetos para a ocupação da faixa de fronteira; a sua grande extensão territorial, as manobras militares americanas em países da região e a ação de ONG’s na Amazônia, o reduzido controle de movimentação aérea, e a biodiversidade.

Nesse contexto, o “modelo da ZFM” foi concebido para representar o “modelo” de desenvolvimento econômico para a Amazônia Ocidental, e dessa forma integrá-la à lógica de acumulação no país.

O artigo está estruturado em quatro grandes blocos. Em primeiro lugar, se discute a problemática da integração regional como estratégia de política nacional para a região assentada sobre a lógica econômico-militar. Neste bloco, é abordado em breves linhas o processo que culminou com a intervenção “planejada na Amazônia” cujo auge dá-se com a criação da SPVEA dentro da chamada “Operação Amazônia”. O segundo bloco

realiza-se um histórico sobre o modelo ZFM-Zona Franca de Manaus implantado em fins da década dos 60 a fim de promover o desenvolvimento da parte Ocidental da Amazônia com propósitos geopolíticos-ocupacionais e de redução de disparidades regionais, tendo como pano de fundo questões de segurança e integração nacional. Em seguida, apresentamos um resumo das principais transformações ocorridas na ZFM durante a década dos 90, evidenciando as críticas que se fazem ao modelo quanto ao seu papel no desenvolvimento regional. Por fim, trazemos as considerações finais do artigo.

## 2. A DISCUSSÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

A regionalização como estratégia de política nacional torna-se tema de enorme relevância nas discussões do espaço brasileiro, a partir de trabalhos desenvolvidos pela CEPAL (1962) a partir da década de 50, que alertavam para a necessidade de integração regional tendo como pano de fundo a oposição centro/periferia, a restrição externa e a escassez de capital e de tecnologia, que, constituíam, então, a plataforma central do pensamento estruturalista latinoamericano.

O argumento cepalino baseava-se na assimetria da formação de preços: a periferia baseando seus preços de exportação agrícolas em baixos custos de produção, e o centro, aplicando sobre preços monopolísticos as suas exportações industriais para benefício de suas próprias empresas e força de trabalho. Dessa forma, a especialização primário-exportadora dos países latino-americanos subordinava suas possibilidades de crescimento às flutuações frequentes da demanda externa e da evolução tendencialmente negativa de suas relações de trocas com o exterior. O crescimento autossustentado, nesta situação, era muito difícil, pois, este dependia, em boa medida, das importações de bens essenciais, da aquisição de tecnologias dos países industrializados e de recursos financeiros do exterior (CEPAL, 1962).

A falta de dinamismo das economias latino-americanas desde meados da década de 50 estaria, portanto relacionado a problemas de ordem estrutural, cuja origem determinante desses desequilíbrios se concentrava na “restrição externa”, que naqueles anos, era resultado dos crônicos déficits no balanço de comércio exterior, e da conseqüente limitação que estes impunham à capacidade de importação de cada país.

A questão da regionalização, como uma prática contínua, cresce em evidência a partir dos anos 60. Foram identificadas, então, deficiências de integração interna que se manifestavam na carência ou déficit de infraestrutura de transportes e comunicações, na inexistência de mercados nacionais (prevalência de mercados regionais segmentados) e na falta de um marco político e institucional único e aceito em todo território. A recomendação deste diagnóstico era óbvia: precisava-se de integração física, integração econômica e integração sócio-política. Para facilitar esta tarefa se considerava conveniente deslocar a velha divisão político-administrativa (que refletia uma organização do território própria do passado colonial) por uma nova divisão territorial: as regiões. Tais regiões cobririam todo o território nacional configurando um verdadeiro sistema regional (BOISER, 1994).

A Amazônia, em determinados momentos históricos, assumiu uma posição-chave frente às prioridades econômicas e geopolíticas tanto de ordem interna quanto externa pelos governos militares. No âmbito interno representa a solução para os problemas de tensão social do Nordeste e para dar continuidade do crescimento do centro dinâmico do Sudeste, abrindo a possibilidade de novos investimentos, recursos e mercados em tempo rápido. No âmbito externo, visualiza-se a extensa vulnerabilidade e isolamento da região quanto à organização de focos revolucionários; o dinamismo interno dos países vizinhos, e somando-se a essas preocupações, a necessidade de assegurar ao Brasil a exploração dos recursos da Amazônia.

Segundo MAHAR (1978), houve três modelos de industrialização organizados pelo Governo Federal para a Amazônia: i) substituição de importações regionais; ii) enclave de importação; iii) enclave de exportação. A abordagem da substituição de importações regional atingiu o auge na década de 60. Postulava-se, neste enfoque, “transplantar” o modelo da SUDENE para a Amazônia. A lógica implícita é a de que pela substituição de importações, uma região periférica (isto é, um exportador líquido de produtos primários) pode reduzir sua dependência em relação aos interesses industriais dos centros dinâmicos. Ao fazê-lo, a região que substitui importações espera alterar em seu favor as relações de troca regionais e aumentar a renda pela redução do escapamento causado pela importação.

Entretanto, este enfoque baseia-se numa falsa analogia com o modelo de substituição de importações

nacional, que pressupõe a existência de barreiras tarifárias e não tarifárias. Quando estas barreiras são inexistentes (como em geral ocorre dentro de um país), a indústria das regiões periféricas não tem meios de proteger-se frente à indústria mais eficiente dos centros dinâmicos. Segundo aquele autor, este modelo foi eficaz até a década de 60, época em que havia um isolamento físico regional, consubstanciando-se numa barreira comercial de fato. Após a conclusão da rodovia Belém-Brasília, o isolamento desfez-se e muitas empresas do ramo de alimento da região foram fechadas por não se apresentarem competitivas vis-à-vis empresas situadas no Centro-Sul.

O segundo modelo de industrialização entrou em vigor a partir da criação da Zona Franca de Manaus. Embora fosse viável de país para país, não o é necessariamente adequado do ponto de vista inter-regional. A Zona Franca de Manaus, por exemplo, não permitiu criar efeitos de encadeamentos para trás com a economia regional, pois os benefícios auferidos pela compra de insumos nacionais tendem a localizar-se nas mãos de fabricantes no Centro-Sul do país, em especial o Estado de São Paulo.

A terceira abordagem baseia-se na exportação de produtos primários. Neste modelo, os projetos de mineração, produtos de madeira, têxtil (juta) e projetos pecuários têm preponderância. As mais importantes indústrias deste modelo são ou foram controladas por grandes companhias nacionais e/ou multinacionais (Mineração Rio do Norte, ICOMI, Carajás e a maioria dos projetos madeireiros e pecuários). No entanto, este modelo não elimina a dependência regional dos mercados internacionais no que se refere a produtos primários, nem reduz a influência dos interesses econômicos externos.

A reduzida articulação entre a Amazônia e as demais regiões brasileiras seja pela distância, seja pelas condições naturais foi apresentada como principal justificativa de inibição de integração e, a partir disso, foram sugeridos modelos e estratégias de políticas que almejassem a maior integração desta com o mercado (inter) nacional.

Para realização de políticas de desenvolvimento regionais foram criadas instituições e estratégias para coordenar e supervisionar cada região de acordo com as diretrizes programadas pelo Estado. Na década de 50, houve a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica de Amazônia (SPVEA), cujos objetivos consistiam em elaborar planejamentos quinquenais para a sua valorização.

### 2.1. A intervenção planejada na Amazônia: a SPVEA

Para a execução de planos de desenvolvimento regional, na década de 50 foram adotadas as seguintes ações: criou-se a Superintendência do Plano de valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), delimitou-se a sua área de atuação e, transformou o sistema bancário regional, de Banco de Crédito da Borracha para Banco de Crédito da Amazônia (esse fato indica a passagem de um banco de um produto para banco de toda uma região).

Segundo FREITAS (1991, p. 51), as condições para a criação e implantação da SPVEA, deram-se de acordo com as seguintes preocupações e atitudes: a existência de espaços potencialmente ricos e desocupados que despertaram apetites perigosos num mundo de crescentes pressões demográficas; a criação do Instituto Agrônomo do Norte e do Banco de Crédito da Amazônia; a criação dos Territórios Federais; a descoberta de grandes jazidas de manganês e de ferro no Amapá; e, a necessidade do aparelhamento dos portos da Amazônia. Para garantir a execução dos objetivos traçados pela SPVEA, foi elaborado o seu 1o Plano Quinquenal (1955), indicando duas diretrizes para a sua execução, a econômica e a política, com distintas zonas prioritárias, as quais pretendiam identificar sistemas de valores e de interesses para garantir a exploração de suas potencialidades, bem como, a desenvolver, economicamente, os espaços amazônicos numa política destinada a assegurar a sua ocupação territorial, a construir uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, promover a execução de suas tarefas sociais e desenvolver um sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.

A forma adotada pela SPVEA para atuar na região foi mediante a intervenção do Governo Federal e de órgãos privados com acordos e convênios. Entretanto, a dificuldade de fiscalização, devido a extensão da sua área, foi uma das inúmeras dificuldades que esta instituição enfrentou, como também, não raras vezes, ocorria o abandono integral de convênios ou o cumprimento apenas parcial de outros.

Neste sentido, o Governo Federal iniciou a execução de programas, incluindo políticas de ocupação, de dotação de infraestruturas e de incentivos para atrair empresas no intuito de explorarem o potencial existente

nas áreas destinadas às suas atividades. É neste momento que há uma transferência gradativa das decisões políticas das elites tradicionais, locais e extrativistas para industriais em função desta categoria expandir suas atividades a terras amazônicas, como ocorreu com a implantação da empresa exploradora de manganês no Amapá, a Indústria e Comércio de Minérios – ICOMI.

A partir de então, os levantamentos das potencialidades regionais foram sistematicamente realizados a fim de proporcionar uma avaliação mais organizada das comunidades empresariais nacional e internacional. As obras que mais se destacaram no período de 1953-1966 foram a construção da rodovia Belém-Brasília; a organização da infraestrutura energética nos Estados do Pará e Amazonas (Belém e Manaus) e; no Amapá, início da construção da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (rio Araguari).

Dessas obras, a construção da rodovia Belém-Brasília foi um marco nessa intervenção do governo federal, na qual há mudanças no modelo de acesso da região, da via fluvial para a rodoviária. Com isso acessando novas áreas, riquezas e inserindo-as à nova dinâmica de acumulação de capital.

## 2.2 A “Operação Amazônia” e a criação da ZFM

Sob o discurso da “integração nacional” (“é preciso integrar para não entregá-la”), que remete à cobiça internacional sobre a Amazônia, tendo como justificativa a de resolver o “desequilíbrio regional”, foi criada a “Operação Amazônica”, como consequência das intervenções planejadas do Governo Federal na região, com a SPVEA sendo apenas um ensaio do que virá a seguir no Nordeste com a SUDENE.

A chamada “Operação Amazônia”, na década de 60, compreendeu um conjunto de medidas e leis aprovadas em 1966/67, com o objetivo de redefinir a atuação de políticas governamentais na Amazônia. Em 1967 foram criados incentivos tributários especiais às empresas privadas que se estabelecessem na Amazônia Ocidental e que foram alocadas na capital amazonense, através da criação da Zona Franca de Manaus – ZFM, o que representou em parte, um esforço para implementar os objetivos de criação de polos de desenvolvimento e de ocupação das zonas fronteiriças esparsamente povoadas.

Esta “Operação” acentuou a importância da iniciativa privada no desenvolvimento regional, e sua crença na eficiência de um planejamento voltado para a região que estivesse acima dos interesses partidários. No bojo deste discurso buscou-se legitimar algumas estratégias que o governo federal pretendia implementar na Amazônia e que já estavam delineadas em quatro anteprojetos: transformações da SPVEA em SUDAM e do BCA em BASA; mudança na política de incentivos fiscais e na política relacionada à borracha.

Após a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), um novo direcionamento para esta região foi estruturado baseando-se no planejamento regional e na política de incentivos fiscais, com forte presença do Estado nas definições de prioridades, superando gradativamente os obstáculos do isolamento regional e se tornando mais articulado ao cenário nacional. Para (CARVALHO, 1987, p. 77) o Estado

... não só teria o papel de criar as economias externas, implantando o capital social básico necessário ao setor privado, como também ficaria com o encargo de criar as condições de estímulo a classe empresarial através de um conjunto de políticas fiscais e creditícias. Na perspectiva geopolítica, a estratégia de integração nacional se voltava para uma efetiva ocupação da região através da migração intrarregional e estrangeira e da formação de assentamentos permanentes e autossuficientes nas faixas de fronteira com vistas a criação das “fronteiras vivas”.

Como estratégia de investimentos na Amazônia ressalta-se o uso de mecanismo dos incentivos fiscais, o qual ao ser adotado pelos administradores federais, estaduais, municipais ou pelos órgãos de planejamento, que serviu para criar condições necessárias para que o capital nacional e internacional assentasse suas bases materiais e auferisse grandes lucros em futuro bem próximo. Tais incentivos, com apoio do governo federal, visaram produzir mercadorias agrícolas, pecuárias, florestais e minerais para o mercado mundial, e por vezes, adquiriram um caráter mais especulativo.

A necessidade de intensificar a integração aos mercados interno e externo e de que esta região não permanecesse fora do contexto nacional, foram as justificativas oficiais adotadas para incentivar a sua ocupação nesta fase.

Considerando o objetivo geopolítico de efetuar a ocupação da Amazônia Ocidental, cumpre salientar

que a densidade demográfica do Amazonas e da Região Norte cresceu de 0,45 hab/km<sup>2</sup> e de 0,74 hab/km<sup>2</sup>, em, 1960, para 1,34 hab/km<sup>2</sup> e 2,66 hab/km<sup>2</sup>, em 1991, respectivamente, enquanto o país cresceu de 8,29 hab/km<sup>2</sup> para 17,26 hab/km<sup>2</sup> no mesmo período, demonstrando a efetividade das ações do Governo Federal (ROSA,1996, p. 29).

O processo de desenvolvimento na Região Norte revela um aspecto pouco (ou nada) considerado pelos planejadores: a diversidade cultural. Pode-se dizer, então, que o processo mesmo de desenvolvimento esconde um grave contorno de conflito sociocultural, na medida em que, na maioria das vezes, os povos indígenas - ancestrais ocupantes da região - são ignorados pelas políticas de desenvolvimento da região, quando não frontalmente ameaçados por elas (BECKER, 1994).

### 3. Desenvolvimento da Amazônia nos 60/70: a criação do modelo ZFM - um distrito industrial marshalliano na Amazônia?

O conceito de distrito industrial foi apresentado por Marshall em fins do século XIX ao analisar o padrão de organização comum à Inglaterra, no qual pequenas firmas concentradas na manufatura de produtos específicos de setores como o têxtil em Lancashire se localizavam geograficamente em clusters em sua maioria na periferia dos centros produtores. As características desses tipos de arranjos locais podem ser elencadas como se segue: i) empresas de porte pequeno, concentradas em uma mesma localidade; ii) alto grau de especialização vertical e horizontal; iii) existência de fornecedores locais de insumos e bens intermediários; iv) venda de seus produtos no mercado internacional, e um sistema de troca de informações técnicas e comerciais entre os agentes.

Marshall acreditava que esta forma de organização industrial representava a ilustração mais eficiente do capitalismo, embora apresentassem por um lado, limitações de economias de escala, e por outro, reduzidos custos de transação dando grande importância, aos mecanismos de mercado para realização das trocas. Ressaltou, também, que a competitividade e eficiência dessas pequenas firmas de uma mesma indústria localizada em um mesmo espaço geográfico resultavam de fato, das chamadas “economias externas”, ou seja, os ganhos advêm do desempenho conjunto das empresas, e não apenas de uma firma individualmente.

A valorização atual do termo - distrito industrial - deve-se às análises recentes sobre o desenvolvimento exitoso de determinadas formas de organizações que se localizaram numa determinada região da Itália, chamada de “Terceira Itália”, que apresentavam concentração de pequenas empresas, baseadas em uma indústria ou segmento específico, com uma intensa divisão do trabalho e cooperação interfirmas. Este tipo de arranjo local formado por pequenas empresas especializadas e flexíveis destoavam do capitalismo baseado no modelo fordista de produção vigente. Neste sentido, as experiências similares em outros países foram base para novas pesquisas e discussões que destacam como atributos dos distritos industriais contemporâneos: (i) proximidade geográfica; (ii) especialização setorial; (iii) predominância de pequenas e médias empresas; (iv) estreita colaboração entre firmas; (v) competição entre firmas baseada na inovação; (vi) identidade sociocultural com confiança; (vii) organizações de apoio ativas, para prestação de serviços comuns, atividades financeiras, etc.; e (viii) promoção de governos regionais e municipais (LASTRES et. al. ,1997).

Nosso argumento aqui é de que o modelo ZFM dentro do período analisado pode ser considerado como um “distrito marshalliano” se, no entanto, fizermos algumas simplificações e adaptações possíveis aos seus atributos principais. A seguir descreveremos um breve histórico daquele modelo com o intuito de caracterizá-lo, apresentando alguns momentos chaves de sua história.

A partir de um breve retrato do modelo da ZFM desde sua concepção política/ideológica, cujo objetivo principal consistia em representar o “modelo” desenvolvimento econômico para a Amazônia Ocidental, e dessa forma integrá-la à lógica de acumulação no país. Através da operacionalização de um conjunto de incentivos/isenções fiscais, diversas filiais e/ou subsidiárias de empresas estrangeiras de grande porte (como a MOTO-HONDA do BRASIL) instalaram-se na região amazônica, protegidas pela legislação federal contra artigos importados similares aos produzidos na ZFM.

Estas empresas utilizaram-se inicialmente (em sua maioria) de insumos de origem nacional em consonância com o modelo implantado no país de substituição de importações, até a derrocada desse modelo no início dos anos 90, quando dá-se de forma “irresponsável” a abertura da economia do país. Neste momento, o

modelo ZFM é posto em xeque, e para socorrê-lo, algumas medidas institucionais são postas, entre elas destaca-se a implementação de um artifício chamado PPB - processo produtivo básico - que consiste na execução obrigatória de apenas uma das etapas de fabricação de um produto qualquer na ZFM.

A partir daqui cortam-se as redes de relações entre fornecedores locais (leia-se: São Paulo) e, estabelecem-se contratos com fornecedores externos, alguns até oriundos de suas próprias matrizes. Fortalecem-se, portanto os vínculos entre os agentes externos, e acentua-se a busca pelas inovações de processos e produtos entre as empresas da ZFM.

Esse “distrito industrial” concentrado geograficamente na cidade de Manaus(AM) especializou-se em dois segmentos industriais- bens eletrônicos de consumo e o de duas rodas. Não obstante, seus instrumentos fiscais, esse modelo não proporcionou espraiamento de outras atividades correlatas ao polo industrial, às atividades agropecuárias, mais apropriadas à região.

### 3.1 Um breve histórico do modelo ZFM

Foi concebida inicialmente em 1957 para ser uma zona franca para armazenamento ou depósito, guarda, conservação, beneficiamento de mercadorias, artigos e produtos de qualquer natureza, proveniente do exterior e destinados ao consumo interno da Amazônia, dos países interessados limítrofes do Brasil e compondo uma das fases de substituição de importação da economia nacional. Contudo foi alegado para sua não operacionalidade o fato de que “a figura jurídica de extraterritorialidade fiscal de zona, limitada em uma área restrita de 200 hectares, e o seu caráter exclusivo de entreposto para abastecimento das Amazônias limítrofes, não tinha conteúdo nem significação econômica. Esta área industrial somente obteve maiores ritmos após a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, em 1967.

Como justificativa do Governo Federal para adotar a política de incentivos para o Nordeste e para a Amazônia foi a possibilidade da eliminação das desigualdades regionais. Entretanto, o processo de desenvolvimento do Brasil, calcado na política de substituições de importações ocasionou sérias consequências sobre o desenvolvimento das diversas regiões brasileiras e ampliou as desigualdades econômicas já existentes.

Desta forma, o poder público assumiu os encargos de instalação de uma infraestrutura básica que possibilitasse o deslocamento do capital para aquelas regiões, enquanto que o processo produtivo foi destinado em geral para o capital privado. Para complementar, o governo concedeu um grande número de incentivos fiscais, procurando desta forma, reorientar o processo produtivo, através da redução do custo relativo do capital naquelas regiões.

Estes incentivos fiscais atuam sobre a ZFM em quatro níveis de poder formal do Estado ao conceder os incentivos: o regional (através da SUDAM); o sub-regional (a SUFRAMA que atua na Amazônia Ocidental e no Amapá); o estadual (através do Governo do Estado); e o municipal (através do Prefeito da Capital).

Os benefícios fiscais para a Amazônia envolveram isenções e/ou reduções de impostos às mercadorias produzidas dentro da ZFM, destinadas tanto ao mercado local quanto ao resto do país; para produção para o Exterior; às matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem externa empregados nos produtos industrializados na ZFM para consumo interno, bem como para sua industrialização de qualquer ordem e estocagem para reexportação; às mercadorias nacionais. Contudo, não foram contempladas com benefícios industriais as seguintes mercadorias: armas e munições, fumo, bebidas alcólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e toucador, preparados e preparações cosméticos, estes salvo quando fabricados com matérias-primas da região.

A função da SUFRAMA consistia em ajustar o modelo ZFM à política industrial e de comércio exterior do país. Isto explica, por um lado, a viabilização, em níveis cada vez mais elevados, de índices mínimos de nacionalização dos bens, através da substituição de componentes importados pelos nacionais, durante os anos 70 e os 80. Convém notar, nesse período que o choque do petróleo (1974) e as ações do II Plano Nacional de Desenvolvimento intensificaram esse processo de substituição dos componentes importados. Por outro lado, a ZFM estimulou a introdução de quotas de importação, limitando o montante anual a ser importado e proibindo a internação de mercadorias estrangeiras no restante do País.

Todas essas alterações, no entanto, não impediram que segmentos industriais se destacassem ao longo dos anos como o subsector relojoeiro e a produção de bens eletrônicos de consumo, em especial a de televisores.

Os produtos fabricados na ZFM experimentaram até os anos 80 um crescimento tanto no faturamento quanto na quantidade de mão-de-obra empregada. Entre 1985 e 1990, o faturamento subiu de US\$2.681,90 para US\$8.429,60 (SUFRAMA, 1996), respectivamente, enquanto a mão-de-obra empregada na indústria atingiu 79.926 pessoas. Novos segmentos industriais também se destacam na década dos 80, como o de motocicletas, canetas, isqueiros, artigos de cutelaria e de material plástico.

A forte proteção à indústria estabelecida no País permitiu, portanto, nesses anos que a produção de bens finais da ZFM tivesse encadeamento dentro do território nacional, com a produção de insumos tanto local quanto em demais pontos do Brasil, particularmente, em São Paulo. O estado de São Paulo concentrava parcela substantiva da produção de insumos, assim como os escritórios centrais das empresas instaladas em Manaus.

A década dos 90 inicia com um cenário de abertura econômica e busca da estabilidade na economia. O "modelo de substituição de importações" cede espaço para o paradigma da integração competitiva com o mercado internacional. A desmontagem do aparato legal protecionista expõe as distorções do modelo ZFM, e colocam em cheque a efetividade de seu modelo industrial vis-à-vis a liberalização das importações e a recessão de 1991-1992. Sua produção exposta à concorrência dos importados, apesar de seu longo período de predomínio no mercado brasileiro, mostrou o quanto seu subsetores estavam alheios às exigências da economia mundial.

O faturamento do parque industrial de Manaus caiu de US\$ 8,4 bilhões em 1990 para US\$ 4,5 bilhões em 1992 (SUFRAMA, 1999). O contingente empregado é seriamente afetado, passando de 77mil para 40 mil trabalhadores, respectivamente. O impacto foi maior na indústria de componentes: dezoito empresas fecharam e 6 mil empregos foram eliminados. A queda no número de empregos envolvia também processos de terceirização e efeitos de maior automação buscada pelas empresas, a fim de melhor se equiparar com as concorrentes do Exterior. Diante dessas circunstâncias danosas à economia local/regional, o governo federal intervém, então, propondo novas regras para as empresas se beneficiarem dos incentivos fiscais.

Em 1991, o Governo Federal começou a alterar a legislação reguladora da ZFM a fim de adequá-la ao novo contexto, e instituindo as seguintes medidas: Supressão das quotas anuais de importação; substituição da exigência de Índices de Nacionalização pela exigência de Processo Produtivo Básico (PPB) – o qual determina o número mínimo de operações físicas que uma unidade produtiva deve realizar para alcançar um grau de elaboração industrial adequado às condições de desenvolvimento da região e de competitividade; desregulamentação de procedimentos e; criação de Entreposto Internacional da Zona Franca de Manaus - EIZOF. Além dessas mudanças, houve um aumento de 10% nas alíquotas do IPI dos bens produzidos na ZFM em 1992, com o objetivo de recompor em parte a competitividade dos produtos made in ZFM, levando-se em conta que a incidência do IPI nas operações de compras no mercado externo ocorre sobre o valor CIF do bem importado acrescido do imposto de importação (SUFRAMA, 1995).

A consequência de tal intervenção na ZFM traduziu-se no processo de reconversão industrial das empresas com uma absorção maior de tecnologias de processo aliada a investimentos em máquinas e equipamentos.

As empresas instaladas em Manaus promoveram intensas alterações, tais como, a redução na verticalização - aumentando a especialização na montagem de bens finais, redução no número de modelos de um único produto e o incremento significativo de produtividade através de melhorias de gestão e do enxugamento causado principalmente pelos investimentos em máquinas e equipamentos. Estas empresas tornaram-se mais intensivas em capital, e passaram a exigir uma maior qualificação da mão-de-obra, reduzindo significativamente o número de pessoas empregadas na indústria.

Assim, a partir de 1993 verifica-se que os esforços do setor público e das empresas começaram a surgir efeitos, ou seja, nota-se a progressiva adequação do setor industrial da ZFM, caracterizada por significativa reconversão industrial com redução de custos que propiciaram maior competitividade de seus produtos, a par da elevação dos padrões de qualidade a partir das Normas Técnicas da série ISO 9000. O resultado mais expressivo decorrente da reestruturação efetivada no parque industrial traduziu-se pelo seu faturamento, que em 1996 foi de US\$13,2 bilhões (SUFRAMA, 1999).

A melhora na situação macroeconômica no País após a implementação do plano de estabilização (Plano Real) no âmbito do Governo Itamar Franco e continuado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995,

possibilitou o aumento do consumo interno, aí inclusos os bens eletrônicos de consumo (TV em cores, o videocassete, relógio de pulso e bolso), além de outros made in ZFM, facilitados pelo acesso da população brasileira às compras no crediário. A produção de TV em cores saltou de 2,5 milhões em 1990 para 6 milhões em 1995, passando em seguida para o extraordinário número de 9 milhões de unidades em 1996. O número de relógios de pulso e de bolso produzidos em 1995 alcançou a casa dos 14 milhões, contra aproximadamente 8,5 milhões em 1990. O Polo Duas Rodas também acompanhou igual crescimento nas suas quantidades produzidas (SUFRAMA, 1999).

Ressalte-se também que após a abertura comercial, a pressão imposta às empresas instaladas na ZFM para se tornarem competitivas vis-à-vis a produção de concorrentes externos, e em obediência aos critérios do PPB, verificou-se uma forte intensificação das relações destas com os fornecedores externos em detrimento da oferta doméstica de componentes/peças eletrônicos. O critério utilizado nos anos 70 e 80 intitulado de Índices Mínimos de Nacionalização obrigava em muitos casos o produtor final a adquirir insumos qualitativamente inferiores e com preços acima dos ofertados no mercado internacional. Contudo, o PPB vem se mostrando um critério problemático no que se refere à sua operacionalidade, abrindo brechas para arbitrariedades em função da ampla gama de processos produtivos existentes distintos entre si (SUFRAMA, 1999).

Integrando, também, a área de abrangência da SUFRAMA, foram criadas as Áreas de Livre Comércio (ALC), a partir de 1989 e reguladas por esse órgão, cujo objetivo principal é o de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças, como também incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana, incentivar a concorrência entre produtos, comparar tecnologias, serviços e proporcionar a revisão das relações trabalhistas, sociais, políticas e econômicas internas de cada país .

Localizadas na Amazônia Ocidental (Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre), e no Amapá, são alternativas para distribuição dos produtos das indústrias instaladas na ZFM, exceto aquelas localizadas em território amapaense em função da sua posição geográfica privilegiada em relação aos grandes mercados fornecedores e da ampliação do Porto de Santana, concluídas no final do ano de 1996. Das existentes, duas têm se destacado na comercialização dos produtos importados: a Área de Livre Comércio de Guajará Mirim (RO) e a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (AP). Esta última apresentou um crescimento de 513 % na movimentação de mercadorias importadas no período de 1993/97, ao passo que aquela não chega a registrar 01% no mesmo período (PORTO & COSTA, 1999).

Não obstante, o aporte de incentivos fiscais concedidos à ZFM, a sustentabilidade do modelo torna-se uma questão crucial para a economia local/regional. Este modelo vem recebendo muitas críticas, especialmente em tempos mais recentes. Dentre elas, destacam-se aquelas que apontam que seus incentivos fiscais propiciam distorções em termos de alocação de recursos e renúncia fiscal; outras referem-se à uma falta de convergência entre a inserção/desempenho de sua indústria e os objetivos macroeconômicos; e por último, o questionamento de sua efetividade enquanto instrumento para desenvolvimento regional.

Uma das críticas mais fortes ao modelo ZFM diz respeito ao problema de ajuste entre esta indústria e a política macroeconômica, no que se refere às finanças da União. O volume de renúncia fiscal proporcionado pela ZFM é bastante elevado. Em 1994 alcançou o montante de 25,5% do total da renúncia fiscal federal (ROSA, 1996, p.37). Contudo, tal valor deve ser relativizado, se considerarmos o valor renunciado em favor das exportações, o que faria reduzir bastante a fatia da ZFM (ROSA, *ibid.*, p.3). Calculando-se para 1994 o índice de retorno fiscal (IRF), obtém-se o valor de 0,65, i.e., para cada unidade monetária renunciada, 65 centavos retornaram ao setor público, porém com repartição diferente entre as esferas do governo.

Em análises realizadas pela SUFRAMA na década dos 90 objetivando uma reavaliação deste modelo, foram apontadas algumas preocupações (MPO/SEPRE/SUFRAMA, 1996a: p.14):

A Zona Franca de Manaus, ou de modo mais genérico, a Amazônia Ocidental, deverá, no futuro imediato, transitar de uma estrutura que está sendo colocada em xeque pelas mudanças econômicas, (...) [em] nível mundial e pelas políticas econômicas que começam a ser adotadas nacionalmente, para outra mais competitiva e que garanta sustentação, independentemente da grande massa de estímulos fiscais que lhe serve, presentemente de apoio, ou seja, um a estrutura mais competitiva e que tenha uma dependência substancialmente menor de estímulos, comparativamente com a situação atual.

Neste sentido, o MPO/SEPRE/SUFRAMA (1996b, p. 5) propõe um Programa de Especialização da Produção Industrial do Projeto Zona Franca de Manaus. Esta especialização, na verdade, consiste em dar preferência aos subsetores nos quais a ZFM represente a quase totalidade da produção nacional ou produtos de grande representatividade nos investimentos, faturamento e na mão-de-obra ocupada, ou ainda produtos essenciais à integração da cadeia produtiva e outros que lastreiem ligações ativas e feitas de arrasto em relação à economia regional. A especialização comportaria o chamado núcleo central da ZFM, os subsetores eletroeletrônico (inclusive informática); duas rodas; canetas, isqueiros, barbeadores e artigos de cutelaria(descartáveis); ótico; além de um núcleo complementar composto por segmentos produtores de componentes classe “A” aqueles que representam elevado valor ou peso no bem final (componentes de informática e os insumos fabricados pelos subsetores termoplástico; metalúrgico e de materiais de embalagem).

Numa outra versão (MPO/SEPRE/SUFRAMA, 1996c, p.6) é ressaltado que a proposta de especialização para a ZFM não deve se restringir a determinados bens já produzidos localmente, pois os segmentos supramencionados são caracterizados pela incorporação de tecnologias de ponta, cujas mudanças tecnológicas são mais rápidas. Considera importante o encadeamento produtivo em nível local vinculada a esses setores como meio de agregação de valor, via produção de componentes. Destaca também que se torna essencial flexibilizar o processo de renovação tecnológica com a abertura para a evolução de produtos e processos e para as futuras mudanças de P&D.

Outra questão que foi proposta neste documento (MPO/SEPRE/ SUFRAMA,1996c, p.17-18) para tornar o modelo ZFM mais competitivo, e portanto, fortalecê-lo seria a criação de um polo exportador a partir de Manaus, cujas premissas são as seguintes:

I. “grande parte das empresas instaladas na ZFM não podem transformar-se em exportadoras imediatamente, pelas mais diferentes razões, que vão desde questões ligadas à eficiência na produção até limitações na área de infraestrutura e marketing internacional;”

II. “o esforço de marketing deve concentrar-se na captação de investimentos industriais- estrangeiros e nacionais- comprometidos com a exportação de seus produtos (propõe-se uma alteração nos critérios de aprovação de novos projetos de modo que aqueles que manifestem vocação exportadora tenham prioridade).” As diretrizes apresentadas nestes documentos buscavam, na realidade, dar um foco setorial mais preciso para os incentivos fiscais, reduzindo sua abrangência, porém, não qualificavam devidamente “incentivos”. Outro problema, apontado nestes documentos seria a delimitação dos segmentos a serem beneficiados com incentivos fiscais para a exportação, na medida em que estes podem ser enquadrados nas normas do OMC de 1994 que proíbe subsídios vinculados de fato ou de direito, quer individualmente, quer como parte de um conjunto de condições aqueles vinculados à performance das exportações.

Segundo FRISCHTAK et. al. (1994), a política de estímulo às exportações da ZFM só será sustentável se resolvido os problemas de competitividade estrutural, particularmente no que diz respeito ao transporte e comunicações, e de uma logística de sua integração com o mercado internacional. Este aspecto tem suscitado ampla discussão sobre a continuidade de seu modelo.

De acordo com esses autores, no caso do setor eletroeletrônico, a questão da logística de suprimentos é de vital importância para este setor, à medida que respondem os mesmos em média por cerca de 90% dos custos diretos totais. Sua sobrevivência esteve associada à possibilidade de acesso a componentes importados, que vieram substituir produtos nacionais de preço mais elevado. Entretanto, a competitividade e efetiva internacionalização das empresas requerem, no médio prazo, a presença de uma densa rede de fornecedores locais de partes e componentes com padrões internacionais de preço e qualidade. Atrair produtores de insumos - nacionais e estrangeiros- para se estabelecerem na ZFM é fator de crucial importância para o crescimento de seu polo eletroeletrônico.

Em 1998, o Governo Federal cria o Programa Especial de Exportação da Amazônia Ocidental (Pexpam) numa tentativa de reorientar a produção da ZFM ao mercado externo, estabelecendo incentivos fiscais para as empresas exportadoras e equalizando os custos de transporte na região com os custos pagos pelas empresas que exportam do porto de Santos. A Suframa atribui ao Pexpam o estímulo ao crescimento das exportações naquele ano, no acumulado de janeiro a outubro, de US\$327 milhões, resultado este que se comparado com o

resultado de 1997, quando o Amazonas exportou US\$193 milhões, o incremento foi de 69,43%.

O modelo ZFM provocou muitas distorções, à medida que o desenho de seus incentivos foi determinado para um tipo de atividade econômica que privilegiou o segmento industrial, sem englobar o fomentado desenvolvimento de atividades agropecuárias preconizadas no Decreto-lei n.º 288/1967.

Ressalta-se, além disso, a elevada dependência do Estado do Amazonas, notadamente do parque industrial, no que se refere à arrecadação tributária. De acordo com o Governo do Estado do Amazonas (1998), o parque industrial situado em Manaus respondia por: 51% da arrecadação de ICMS do Estado; 37,6% da Receita Líquida do Estado; 35,2% da Receita Líquida total da Prefeitura Municipal de Manaus; 55% da arrecadação dos tributos federais na região Norte do País; 38-40 % PIB do Estado do Amazonas.

A consequência dessa considerável dependência em relação ao modelo ZFM, cuja configuração dos seus subsídios foi inócua na promoção da interiorização do desenvolvimento, bem como na obtenção de efeitos encadeados nas atividades econômicas de forma a elevar o nível de renda, educacional e qualidade de vida da população. Com isso a economia do Estado, o equilíbrio dos orçamentos públicos, estadual e municipal, assim como a geração de empregos pelo setor privado, continua a depender, basicamente, do setor industrial da ZFM.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades de integração da economia amazônica com o cenário (inter)nacional tem sido justificado pela sua deficiência de acesso, pela sua reduzida ocupação e pela sua dimensão espacial. Neste sentido, foram sugeridas estratégias e políticas de intervenção do Estado para garantir o desenvolvimento regional, corrigir os desequilíbrios regionais, melhor conhecer as potencialidades naturais e as deficiências da economia amazônica e proteger tais recursos.

O chamado “modelo da ZFM” desde sua concepção política/ideológica teve por objetivo principal representar o “modelo” de desenvolvimento econômico para a Amazônia Ocidental, e dessa forma integrá-la à lógica de acumulação no país. Foi durante a década de 60, que se implantou este modelo baseado numa política de incentivos fiscais e que criou vantagens comparativas na região, vis-à-vis o restante do país, para a fabricação de bens, a fim de reduzir os custos em função das longas distâncias que separam a região dos centros dinâmicos do país, que utilizassem insumos, peças e componentes importados, que tivessem elevada proteção alfandegária e apresentassem reduzido custo de transporte versus preço de venda.

Diversas filiais e/ou subsidiárias de empresas de grande porte (como a MOTO-HONDA da AMAZÔNIA) estrangeiras instalaram-se na Região Amazônica, protegidas pela legislação federal contra artigos importados similares aos produzidos na ZFM. Estas empresas utilizaram-se inicialmente (em sua maioria) de insumos de origem nacional em consonância com o modelo implantado no país de substituição de importações, até a derrocada desse modelo no início dos anos 90 quando se dá de forma “irresponsável” a abertura da economia do país. Neste momento, o modelo ZFM é posto em xeque, e para socorrê-lo, algumas medidas institucionais são postas, entre elas destaca-se a implementação de um artifício chamado PPB- processo produtivo básico- que consiste na execução obrigatória de apenas uma das etapas de fabricação de um produto qualquer na ZFM. A partir daqui cortam-se as redes de relações entre fornecedores locais(especialmente de São Paulo) e, estabelecem-se contratos com fornecedores externos, alguns até oriundos de suas próprias matrizes. Fortalecem-se, portanto os vínculos entre os agentes externos, e acentua-se a busca pelas inovações de processos e produtos entre as empresas da ZFM.

Esse “distrito industrial” concentrado geograficamente na cidade de Manaus(AM), e em função do desenho de seus incentivos fiscais levou à instalação na Amazônia Ocidental, de diversas indústrias de montagem que fabricassem bens de consumo duráveis, em especial, benseletrônicos, embora não tivessem qualquer encadeamento com as atividades primárias originárias da região Amazônica. No âmbito externo, as indústrias eletroeletrônicas estavam passando por um processo de reestruturação industrial desenvolvendo tecnologias de produto e processo para determinados bens, possibilitando, desta forma, uma flexibilização da fase de montagem final.

A economia regional requer um novo modelo de desenvolvimento sustentável, principalmente, quando se leva em conta que o atual modelo ZFM de extrema dependência de seus subsídios mostra-se insuficiente para atrair novos investimentos, passando por um processo nítido de esvaziamento a partir da diminuição das tarifas

externas praticadas no Brasil, e com as que ainda se seguirão em função dos compromissos externos do país. Se os problemas da ZFM ampliam a exigência de se buscar saídas para a região, por outro lado, devem também servir para nos levar a refletir sobre os equívocos cometidos durante sua existência, de modo a não repeti-los. Entre esses destacamos o fato de que o instrumento relevante para atração de empresas para a região baseou-se exclusivamente na isenção de impostos.

Não houve a criação de outras vantagens locais que garantissem a permanência das firmas sem esse tipo de subsídio. Os mercados visados eram longínquos e os custos de transportes das mercadorias ali produzidas eram e permanecem relativamente elevados. Este modelo, por outro lado, não fez exigências ou incentivou às firmas instaladas dentro de seu parque industrial, a busca por outras vantagens competitivas frente ao mercado externo.

O resultado é que, após décadas de sua criação, a ZFM só tem viabilidade se houver persistência de um diferencial de impostos relevante entre a região e o restante do país.

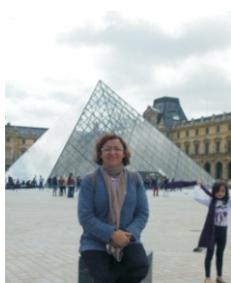
### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. - BECKER, Bertha. A Amazônia pós ECO-92. IN: BURSZTYN, Marcel (org.). Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
2. - \_\_\_\_\_. Amazônia. São Paulo. Ed. Ática, 1997, 112p.
3. -BOISER, S. Crisis y Alternativas en los Procesos de Regionalización. Revista de La CEPAL, Santiago, 52: 71-89, 1994.
4. - BUARQUE, Sérgio et. al. Integração fragmentada e crescimento da fronteira Norte. IN: AFFONSO, Rui de Britto Álvares e SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1985. (Federalismo no Brasil)
5. - CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1995. São Paulo: UNICAMP/IE, 1998.
6. - CARVALHO, MaryanJansenCutrim. Os padrões da ação planejadora do Estado na Amazônia: 1975-1985. Belém: NAEA, 1987. (Dissertação de Mestrado).
7. CEPAL (Comisión Económica para América Latina Y el Caribe). El Desarrollo Económico de América Latina Y Algunos de sus Principales Problemas. Boletín Económico de América Latina. (7)1, febrero. 1962.
8. - EGLER, Cláudio Antônio G. Crise e questão regional no Brasil. Campinas: UNICAMP, 1993. mimeo. (Tese de Doutorado).
9. - FRISCHTAK, Cláudio R.; GUIMARÃES, Eduardo A.; TIGRE, Paulo B. e ZONENSCHAIM, Cláudia N. Programa de Competitividade Sistêmica da Zona Franca de Manaus. Análise e Proposta para o segmento Eletroeletrônico Interbusiness para o INAE, março. 1994
10. - GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Competitividade Estrutural da ZFM e Outras Atividades da Amazônia Ocidental dentro da Estratégia da Logística Integrada. Manaus, 1993.
11. - \_\_\_\_\_. ZFM: Aspectos Institucionais, Integração na Economia Brasileira e Perspectivas. Manaus: SEFAZ, Fevereiro, 1998.
12. -LASTRES et.al. Arranjos Locais e Capacidade Inovativa em Contexto Crescentemente Globalizado. Relatório projeto de pesquisa apoiado pela Diretoria de Políticas do IPEA(coord.: Cassiolato).(IE/UFRJ,1997).
13. - MAHAR, D. J. Desenvolvimento econômico da Amazônia. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.
14. - MPO/SEPRE/SUFRAMA. Reavaliação do modelo Zona Franca de Manaus – ações para o seu fortalecimento. Manaus: SUFRAMA, abr. 1996a.
15. - \_\_\_\_\_. Proposta de modelo de incentivos à Zona Franca de Manaus e à Amazônia Ocidental -ações para o seu fortalecimento. Manaus: SUFRAMA, jun. 1996b.
16. - \_\_\_\_\_. Estudo para o fortalecimento da ZFM e da Amazônia Ocidental, visando a melhoria de sua competitividade – projeto básico para discussão. Manaus: SUFRAMA, dez 1996c.
17. - OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Amazônia. Monopólio, Expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1989.
18. - PEREIRA, Edgard Antônio; ROMANO, Ricardo. O Mercosul e as Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações, Áreas de Livre Comércio e Áreas Aduaneiras Especiais. Brasília: IPEA, 1992. (Texto para discussão,

283)

19. - PORTO, Jadson Luís Rebelo. As estratégias recentes de Desenvolvimento do Amapá: das instalações da ICOMI à implantação da Área de Livre Comércio. Florianópolis: UFSC/PPG, 1998. (Dissertação de Mestrado).
20. - \_\_\_\_\_ & COSTA, Manoel. Área de Livre Comércio de Macapá e Santana: questões geoeconômicas. Macapá: O Dia, 1999.
21. - ROSA, J. R. G. Impacto líquido dos incentivos fiscais da ZFM. In: ROSA, J.R.G.; & DAIN, S. Os incentivos fiscais e a renúncia de arrecadação relativa à Zona Franca de Manaus nos projetos de reforma tributária: diagnóstico e perspectivas. Campinas: Unicamp. IE. Cedes & Fecamp, 1996 (Projeto: Estratégia de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental : estudo da competitividade da Zona Franca de Manaus). Contrato: SUFRAMA - UNICAMP. IE. FECAMP; Coord. Geral: FONSECA, R.B. ; PACHECO, C.A. ; & BUAINAIN, A. M.)
22. - SANTOS, Roberto. A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1988.
23. - SEPRE. Programa de Reestruturação, Consolidação e Interiorização da ZFM - bases para elaboração de um planejamento estratégico para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, Brasília, 1995. (Versão Preliminar).
24. - SPVEA. 1o Plano Quinquenal - 1955. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1955.
25. - SUDAM. Avaliação da Política de Investimentos do FINAM na Amazônia Legal. Belém, Acordo SUDAM-PNUD-BASA-SUFRAMA, 1990. (Projeto BRA-87-021)
26. - \_\_\_\_\_. Avaliação da Política de Incentivos Fiscais ao Desenvolvimento Regional na Área da SUDAM. Belém, SUDAM, 1995. (Projeto BRA-93-041)
27. - SUDAM. www.sudam.gov.br/pda. 1999.
28. - SUDAM/PROVAM. Aspectos financeiros e comerciais da integração fronteiriça: situação das regiões de fronteira de Tabatinga-Letícia, Pacaraima-Santa Elena e Bonfim-Lethem. Por SILVA, Olavo César da Rocha e. Belém, 1995.
29. - SUFRAMA. Reavaliação do Modelo ZFM: Ações p/o seu fortalecimento. Manaus, 1996.
30. - \_\_\_\_\_. ZFM: Perspectivas e Alternativas, coordenação - Geral de Estudos Econômicos e Empresariais da SUFRAMA. Manaus, 1995.
31. - \_\_\_\_\_. Análise da Competitividade de Produtos Fabricados na Zona Franca de Manaus (Versão Preliminar). SUFRAMA/SAP/NEST. Manaus, julho de 1991.
32. - \_\_\_\_\_. Zona Franca de Manaus – Legislação federal. 3ª ed. atualizada. Manaus: Suframa, 1995.
33. - \_\_\_\_\_. www.suframa.gov.br. 1999.
34. TAVARES, M.C. e GOMES, G.. La CEPAL Y la Integración Económica de América Latina. Revista de La CEPAL, Santiago, n.º extraordinário, outubro, p.213-228. 1998

## 1 - LENICE YPIRANGA BENEVIDES DE ARAÚJO VIEIRA SÁ



Graduada em Economia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (1991). Possui Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1996), Especialização (Lato Sensu) em Produção em Material Didático para Educação a Distância pela Universidade Federal do Amazonas (2007). Exerceu o cargo de Coordenadora Tecnológica na Plataforma Moodle no Centro de Educação a Distância (CED) na UFAM. Atuou como Coordenadora do Pólo Manaus no Curso de Pós-Graduação em EaD em Gestão da Assistência Farmacêutica da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Atualmente é doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

## 2 - CLÉUBER PIMENTEL BARBOSA



Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (1996) e mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (1999). Atualmente é professor da Universidade Federal do Amazonas, e doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem experiência na área docente em cursos de Administração da Faculdade Cidade de Coromandel, do Instituto Tecsoma e do SENAC-MG, com ênfase nas disciplinas de Teoria Econômica, Matemática Financeira e Administração Financeira.

## 3 - RAYLENE RODRIGUES DE SENA



Possui graduação em Ciências Econômicas (2002) e Mestrado em Desenvolvimento Regional (2007) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Atualmente é professora de carreira na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

## 4 - EDNA ANICETO DE MAGALHAES CARDOSO



Doutoranda em Administração na Universidade de Minas Gerais - UFMG, possui Mestrado em Informática pela Universidade Federal do Amazonas (2010), especialização em Gestão Empresarial com ênfase em Tecnologia da Informação pela Fundação Getúlio Vargas (2004), graduação em Análise de Sistemas pela Universidade de Ribeirão Preto (2004) e graduação em Contabilidade pela Universidade da Amazônia (1987). Atualmente é professora da Universidade Federal do Amazonas, atuando principalmente nos temas de Marketing, Turismo, Informática e Educação à Distância.

## 5 - JUVENAL PINHEIRO DA COSTA FILHO



Possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Amazonas (1991), especialização em MBA em Gestão de Instituições de Ensino Superior pelo Centro Universitário do Norte (2007), especialização em Engenharia Econômica e Gestão Empresarial pelo Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas (1999), Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002) e curso técnico-profissionalizante pela Escola Técnica Federal do Amazonas (1977). Atualmente é professor titular do Centro Universitário do Norte e professor titular da Universidade do Estado do Amazonas. Atualmente é doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

# Publish Research Article

## International Level Multidisciplinary Research Journal For All Subjects

Dear Sir/Mam,

We invite unpublished Research Paper, Summary of Research Project, Theses, Books and Books Review for publication, you will be pleased to know that our journals are

### Associated and Indexed, India

- ★ Directory Of Research Journal Indexing
- ★ International Scientific Journal Consortium Scientific
- ★ OPEN J-GATE

### Associated and Indexed, USA

- DOAJ
- EBSCO
- Crossref DOI
- Index Copernicus
- Publication Index
- Academic Journal Database
- Contemporary Research Index
- Academic Paper Database
- Digital Journals Database
- Current Index to Scholarly Journals
- Elite Scientific Journal Archive
- Directory Of Academic Resources
- Scholar Journal Index
- Recent Science Index
- Scientific Resources Database

Review Of Research Journal  
258/34 Raviwar Peth Solapur-  
413005, Maharashtra  
Contact-9595359435

E-Mail-ayisrj@yahoo.in/ayisrj2011@gmail.com